

LAUDEMIR LUIZ ZART



CADERNO PEDAGÓGICO II

# SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

VOLUME 2, NÚMERO 01 - 2013



Série Sociedade Solidária

**UNEMAT Editora**

Editor: Agnaldo Rodrigues da Silva

Revisão: Elair de Carvalho

Copyright©2013/Unemat Editora  
Impresso no Brasil

Conselho Editorial: Agnaldo Rodrigues da Silva (Presidente)  
Marco Antonio Camilo Carvalho  
Célia Alves de Souza  
Eliane Ignotti  
Heloisa Salles Gentil  
Fabrício Schwanz da Silva  
Geovane Paulo Sornberger  
Aroldo José Abreu Pinto  
Márcia Helena Vargas Manfrinato  
Luiz Juliano Valério Geron  
Adriano Aparecido Silva  
Dionei José da Silva

**Caderno Pedagógico/expediente:**

Revisão Técnica: Laudemir Luiz Zart

Diagramação: Fabio Silva de Oliveira

Criação de Capa: Fabio Silva de Oliveira

Capa Final: Fabio Silva de Oliveira

**CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

Zart, Laudemir Luiz.

Socioeconomia solidária / Laudemir Luiz Zart. – Cáceres:  
UNEMAT Editora, 2013.36p.; (Caderno Pedagógico, volume 2, nº 1 (2013) / UNEMAT,  
ISSN 2236-2509)

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

1. Educação. 2. Socioeconomia. 3. Zart, Laudemir Luiz.

I. UNEMAT

CDU 37.018.51

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037



Unemat Editora

Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavahada

Fone/fax: (0xx65) 3221-0077

Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil

E-mail: [editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## ÍNDICE

O CAMPO DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA .....	05
AFINAL DE CONTAS O QUE É A ECONOMIA?.....	07
O CONCEITO DE SOLIDARIEDADE NA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA .....	10
SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	14
CONSUMO SOLIDÁRIO E SOCIOECONOMIA CAMPONESA .....	19
ORGANIZAÇÃO POPULAR E A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA .....	24
A FORMAÇÃO NA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA .....	28
PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: O FOCO NA COOPERATIVA SOLIDÁRIA.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	36

# Caderno Pedagógico II

## SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

LAUDEMIR LUIZ ZART

*“Construir uma sociedade solidária é uma opção política, cultural e educacional de sujeitos sociais coletivamente organizados, que ao mesmo tempo em que se opõem à exclusão social, à exploração no trabalho, à dominação na política, se organizam para construir processos de cooperação e de igualdade social e cultural. Superam por isso a sociedade de exploração e de dominação e constroem a sociedade de participação, de cooperação e da solidariedade.”*

## O CAMPO DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

---

Neste Caderno Pedagógico apresentamos conceitos e reflexões sobre os significados teóricos e práticos da socioeconomia solidária. Avaliamos que esta é uma proposição e uma iniciativa importante porque nos traz possibilidades de expressarmos e divulgarmos ideias e ideários que representam necessidades, interesses e projetos para vários grupos sociais da classe trabalhadora.

O espaço deste Caderno Pedagógico é um caminho de comunicação com aqueles e aquelas que desejam pensar alternativas econômicas, culturais e sociais para as muitas pessoas que estão em situação de desamparo existencial, porque não tem trabalho e nem renda. É ainda a comunicação com aquelas e aqueles que não comungam com as relações de trabalho de dominação e de exploração que caracterizam nossa sociedade, e são esperançosos e têm projetos de construção de uma sociedade solidária, na qual predomina o princípio da cooperação (ABDALLA, 2002).

Esperamos que tenhamos a possibilidade de estabelecer uma relação que enriqueça os nossos conhecimentos e, por conseguinte possamos debater as possibilidades que aparecem na nossa vida cotidiana. Com isso queremos dizer que não há verdades pré-estabelecidas, há sim proposições e projetos em discussão.

Quando nos referimos à socioeconomia solidária estamos dialogando a partir de referenciais teóricos e práticas sociais que tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de formação, de organização e de trabalho que estão próximas aos propósitos de conhecimento e de transformação das realidades socioeconômicas e culturais que provocam a pobreza e a exclusão social das pessoas. Neste sentido a socioeconomia solidária é comprometida com determinado projeto de sociedade, que é a afirmação da solidariedade e da cooperação como valores e como práticas sociais fundantes e orientadores das opções e das atitudes das pessoas na vida em sociedade, por isso, que articula a educação e a economia solidária (ADAMS, 2010).

O nosso desejo é que tenhamos uma ambiência de diálogo que amplie e aprofunde o que denominamos no nosso título de campo da socioeconomia solidária. Falamos em campo porque esta é uma palavra que nos diz que em uma determinada área do conhecimento e da organização social muitas coisas, ideias, relações e práticas estão envolvidas. E estas diversas realidades que formam o campo da socioeconomia solidária é que iremos debater.

Assim apresentamos neste Caderno Pedagógico o significado da socioeconomia solidária. Precisamos refletir sobre os conceitos e as práticas sociais. Por isso perguntamos, afinal de contas o que é esta economia, chamada de solidária? Ela é diferente da economia de mercado capitalista? O que tem esta economia a haver com a nossa vida? Que implicações têm no bairro onde moramos, na escola, na agricultura, na indústria, na ciência e na tecnologia, na cultura? Pode a economia ser solidária, ou ela é somente concorrencial e competitiva conforme ensinam os manuais de economia que tem na filosofia liberal (capitalista) o seu ideário? O que significa a solidariedade? Ser solidário é dar algo a um ser humano miserável e então a minha consciência moral individual está aliviada, ou ela é algo mais sólida e profunda?

Compreendemos que a socioeconomia solidária é um complexo social que relaciona diferentes dimensões que possibilitam apreender os limites e as possibilidades de emancipação da humanidade. A emancipação é o movimento de contradição ao modo de produção e aos metabolismos sociais e culturais de reprodução da vida que caracterizam as estruturas da formação da sociedade do capital. A solidariedade profunda, constituinte da socioeconomia solidária, é por isso representativa da construção coletiva de experiências e aprendizagens, de atitudes e de éticas que se incluem na configuração histórica da contra-hegemonia.

A contra-hegemonia é a afirmação de práticas sociais que inventam uma nova humanidade. O novo homem e a nova mulher que se fazem na dialética das contradições entre proposições que levam à cooperação e às estruturas sociais e mentais predominantes na cultura da dominação. De espaços de trabalho assentados na exploração do trabalho para a constituição de relações subjetivas e objetivas para a consolidação do trabalho associado.

Construir a socioeconomia solidária como um processo contra-hegemônico não é pensar as relações sociais abstratamente, mas contextualizadas em espaços sócio-históricos concretos. A construção social da realidade da cooperação e da solidariedade é a experiência de coletivos que desafiam o saber e o fazer, as ciências e a educação para a produção social de conhecimentos que representam as condições e as possibilidades da sociedade solidária.

## AFINAL DE CONTAS O QUE É A ECONOMIA?

---

Imagino que para podermos discutir a socioeconomia solidária, um bom começo é pensarmos o que significa a economia. É comum escutarmos todos os dias nos meios de comunicação de massa (televisão, rádio) informações e dados sobre a economia que tratam dos mercados financeiros, sobre o mercado de futuros, sobre as oscilações de taxas e de valores das moedas, sobre o comportamento dos mercados, que podem até (paradoxalmente) estão nervosos ou calmos. Nos últimos anos percebemos uma intensa informação sobre o conceito de globalização e sobre o neoliberalismo. Estes conceitos e realidades aparentes são tratados como os únicos existentes e possíveis.

É importante nos perguntarmos se esta opção é de fato a única possibilidade ou se ela é uma construção ideológica? A partir desta questão podemos nos indagar a quem servem os sentidos deste conceito e como atinge as pessoas no seu dia-a-dia? O que tem a haver a globalização dos mercados capitalistas, com a ideologia embasada no discurso da concorrência e da competitividade com a vida econômica das pessoas? Como a ideologia do discurso da qualidade total, que temos que ser competentes para nos estabelecermos e sobrevivermos como trabalhadores e empresários no mercado competitivo global atinge as relações de produção, de consumo, o comportamento dos empresários e dos trabalhadores? Porque há tantos desempregados, pessoas sem renda, trabalhadores informais e continuamos a reproduzir os preceitos e os valores da filosofia da economia liberal?

Necessitamos saber que o conceito de economia não é restrito aos escritos dos autores que afirmam o sentido expresso acima. Já em Aristóteles, na obra “*A Política*”, encontramos uma diferenciação bastante importante. Coloca este autor que aquelas atitudes que se restringem ao comércio de mercadorias, como por exemplo, o sapato, para a restrita aquisição de vantagens pecuniárias, a busca do lucro, não tem como correlação a economia. Este procedimento é denominado de *crematística*. A economia é reservada para dizer as práticas sociais do Estado, portanto em Aristóteles, da sociedade que define a produção vinculada ao sentido profundo da natureza, por isso da utilidade dos *bens de uso* (para a satisfação das necessidades) e não a restrita produção de *bens de consumo* (de mercadorias). Esta distinção não é banal se a atualizarmos para as relações de intercâmbio da sociedade contemporânea.

O sentido da economia foi transformado com os escritos dos autores modernos e entre eles se destacam Adam Smith que introduziu no livro “*A Riqueza das Nações*” uma abordagem que trata a economia como uma ciência que explica o acúmulo do capital, do trabalho como gerador de riquezas, as relações comerciais entre as nações. Entre outros temas, Smith inicia uma tradição que conota a economia como prática social que configura as relações humanas voltadas para a conquista de mercados, por fim a concentração de capitais. A economia vira uma matemática, mas que traduz da mesma forma uma moral, as relações de escolhas livres e racionais feitas pelos indivíduos que procuram maximizar o seu bem estar nos espaços do mercado (autorregulado) sem a intervenção de forças externas.

É esta tradição liberal que herdamos e que reafirma os mercados globalizados hoje em dia, nos quais os capitais têm livre circulação (mas contrariamente prende as pessoas), a especulação financeira é a marca da acumulação sem precedentes de dinheiro e de capitais nas mãos de poucas empresas transnacionais, que submetem a economia do Brasil e de toda a América Latina aos centros definidores do mundo do capitalismo global, que são as bolsas de mercado dos países desenvolvidos. São estes referenciais que desprezam o Estado, mas que recorrem a ele quando a loucura especulativa consegue falir o sistema capitalista mundial fazendo com que bilhões de dólares sejam destinados para salvar os monopólios multinacionais, e isto ocorre na Europa, nos Estados Unidos, assim como no Brasil, e tudo aparentemente em nome dos trabalhadores, para que seus empregos possam ser salvaguardados. Mas quem paga esta conta? O que nós temos a haver com ela?

Esta concepção de economia é voltada para o capital. Por outro lado, a socioeconomia solidária é uma expressão que traduz a necessidade de pensar a organização da sociedade a partir de seus valores próprios, da sua gente, da sua natureza, do seu saber fazer, das suas necessidades e dos seus desejos. É um caminho que democratiza a economia, porque as pessoas participando decidem o que fazer, como fazer e, principalmente, por que fazer. Imaginem que enquanto os Estados nacionais destinam bilhões de dólares às grandes empresas capitalistas, temos entre nós pessoas que não tem emprego, que não tem trabalho, que não tem renda, mas que sabem fazer algo, que trabalham e que por causa de alguns mil reais poderiam estar viabilizando uma fonte de renda. Mas estes mil reais não existem (ou melhor - existem), mas estas

peças entre nós (nossos conhecidos, gente de carne e osso, que tem rosto, que tem filhos) não tem acesso. Por que será?

É neste sentido que o socioeconomista brasileiro Marcos Arruda (2003) recupera o sentido etimológico (da raiz original da palavra) da economia. A economia provém do grego, *oikos* = casa e *nomia* = normalização, gestão. Neste sentido ele fala do cuidado que temos que ter com a casa. A casa aqui é o espaço onde vivemos: a rua, o bairro, a cidade, a escola, a cooperativa, o campo, o país, o planeta. Portanto a economia é uma forma de conhecer para que possamos discutir e decidir a maneira como iremos viver em sociedade. Isto quer dizer, se temos entre nós muitos pobres é porque decidimos que muitas pessoas devem ser pobres ou miseráveis (passar fome, não ter casa, não ter trabalho, não ter terra). Se os Estados nacionais destinam bilhões de dólares para o grande capital é porque assim foi tomada a decisão. Ora, se tudo é resultado das opções que fazemos, então podemos decidir que iremos viverem sociedade de forma cooperativa e solidária, onde as pessoas tenham satisfeitas as suas necessidades e a gente possa viver no “*reino da liberdade*”, em vez de viver no “*reino da necessidade*” ou da penúria, sem condições e sem esperanças. As condições de organização são resultados das ações, das ideologias e das circunstâncias que os seres humanos fazem ao tempo em que são feitos pela história que constroem, conforme demonstraram Marx e Engels (1986).

Podemos dizer que a socioeconomia solidária é simples. Ela recupera o sentimento de pertencimento das pessoas a uma comunidade, a um grupo social, a uma organização social que se constitui para assegurar a sua existência, ou a reprodução social da vida. A única coisa que necessitamos fazer para a socioeconomia solidária dar certo é mudarmos a nossa forma de pensar. É a mudança da ideologia da competição para a cooperação, da concorrência para a solidariedade. Isto implica também mudanças culturais, da forma como nos comportamos em sociedade. Mas a economia solidária é possível, e melhor, ela está acontecendo.

É bom sabermos e termos a consciência, não individual, mas coletiva, que não existe um único caminho, mas que existem alternativas em construção nas organizações sociais populares.

## O CONCEITO DE SOLIDARIEDADE NA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

---

Quando estamos falando de socioeconomia solidária, a qual solidariedade afinal de contas estamos nos referindo? Vamos discutir o conceito de solidariedade abordando a ambiguidade da palavra, ou dos sentidos da solidariedade (GAIGER, 2004). Os diversos significados que são atribuídos à palavra “solidariedade” não é uma gratuidade. Estes são expressões de práticas sociais diferentes. É por isso, que ao nos referir aos conceitos, estamos tratando de modos de comportamento de pessoas, de grupos sociais e de classes sociais. As palavras dizem também dos valores e das visões de mundo que orientam a maneira de organização das instituições (da família, da escola, da associação, do sindicato, do estado) enfim das estruturas sociais mais amplas, ou a própria sociedade.

Para debater o conceito de solidariedade vamos identificar três formas de significá-lo. Apreendemos o primeiro significado pela dimensão conservadora que traduz a ideia que está ligada ao assistencialismo social. A segunda como forma de mudança social que tem como objetivo a promoção social dos indivíduos. A terceira se caracteriza pelo processo de transformação social ou da construção de projetos sociais alternativos. Vamos compreender um pouco mais de cada uma delas.

A solidariedade conservadora, no seu viés assistencialista, é a atitude que predominou historicamente na sociedade brasileira. Em termos políticos é a conduta que mantém as estruturas e as relações sociais como estão. Não questiona as razões do por que da existência de centenas de milhares de pessoas viverem na miséria sem ter acesso à saúde, à alimentação, à moradia, etc. É uma atitude que se restringe ao sentido restrito (pequeno) de dar algo a alguém, sem procurar um compromisso social profundo e co-comprometido. São os comportamentos rápidos que pessoas adotam de dar um litro de leite, uma roupa, um prato de comida, um dinheiro para um miserável. Mas não se procura saber da história de vida ou da condição socioeconômica das pessoas. Há um desengargo de consciência, piegas é verdade, mas que alivia a moral de muitos doadores. Este é um procedimento despolitizador, embora represente uma atitude política, exatamente porque reproduz as desigualdades da sociedade.

Além desta atitude de afastamento e de estranhamento que colocamos no parágrafo anterior podemos identificar, na mesma perspectiva da solidariedade conservadora, as atitudes comuns na cultura política brasileira que é dominada nas relações pessoais de proximidade. Estas relações que são chamadas de compadrio são formas de reconhecimento do poder político e econômico pelos/as trabalhadores/as pobres, que não têm seus direitos sociais e trabalhistas respeitados, do patrão que se mostra bondoso e que assiste ao filho/a daquele que é explorado nas relações de trabalho e submetido nas relações culturais e políticas. Estas relações que se dão entre a “casa grande” e a “senzala” são transpostas para a política. Muitos dos eleitos, vereadores, prefeitos, governadores, deputados, etc., tomam atitudes assistencialistas, isto é, usufruem o poder público para promover benesses aos pobres desamparados com o objetivo de angariar a segurança da continuidade do seu posto de poder e do seu cargo.

Uma terceira forma das relações de solidariedade conservadora acontecer é via as campanhas que buscam sensibilizar as pessoas para uma determinada finalidade. Estas geralmente ocorrem nos momentos de tragédia, como enchentes ou em datas em que a emoção dos seres humanos é mais aguda como, por exemplo, o natal. Nestes dias, instituições, no primeiro caso, caso das tragédias sociais ou ambientais, envolvem-se os meios de comunicação de massa, e no segundo sentido, no espírito natalino, estão inseridas principalmente as igrejas, que procuram chamar a atenção para as situações de desamparo das pessoas e promovem campanhas de arrecadação de alimentos, de roupas, de calçados. É necessário compreender que estas campanhas e atitudes são relevantes para as pessoas que recebem alguma ajuda, no sentido imediato, por que a situação de miséria é extremada, mas é preciso compreender que estas campanhas não fazem outra coisa senão reproduzir as estruturas de exclusão social. Portanto no próximo ano é preciso fazer outras campanhas, por que os pobres continuarão vivendo na sua miséria pessoal e social.

O segundo significado que indicamos é a ideia da promoção social dos indivíduos. É uma perspectiva que tem como objetivo a mudança das condições de vida em termos pessoais. Nesta criam-se meios para que os indivíduos possam buscar alternativas para si, como exemplo a sua profissionalização, ter a competência de saber fazer alguma coisa e se inserir no mercado de trabalho, conseguir um emprego. A busca desta condição de trabalho é um ato de heroísmo individual e a oportunidade de se estabelecer

é por que aquele que ganhou um lugar fora suficientemente hábil para competir no mercado.

É desta forma que muitas iniciativas de entidades sociais promovem, por exemplo, cursos de inclusão digital, para criar os meios e as oportunidades de indivíduos investirem em sua profissionalização. Apesar desta busca de superar a pobreza pela inserção no mercado de trabalho, podemos denominar esta forma de organização social da solidariedade de neoconservadora, por que as mudanças que são buscadas se restringem ao campo de cada homem e mulher e não há um questionamento sobre as possibilidades de construção de outras formas de organização social. Este procedimento é muito aplicado no Brasil nos últimos anos em políticas públicas, por iniciativas de organizações não governamentais e comunitárias por que há o reconhecimento que o mercado de trabalho (a indústria, o comércio, a agricultura) necessita de gente com alta qualificação profissional.

O terceiro significado que indicamos é a solidariedade transformadora. Esta tem como propósito e se inicia com a postura crítica em relação aos contextos socioculturais e econômicos que estamos vivendo. Não somente sabe da existência da pobreza e da exclusão social no presente como procura explicar as suas origens históricas e dos contornos políticos que fazem com que determinadas pessoas estejam à margem das condições reais de vida. A postura crítica é completa, isto é, ela vem acompanhada de proposições de práticas sociais e de políticas públicas que se traduzem em processos coletivos emancipatórios. Ela implica a responsabilidade com o outro no sentido de libertá-lo e de liberta-se das condições que condenam à miséria econômica, política e cultural. Aposta-se na sabedoria do povo, na autonomia dos grupos sociais, em programas educativos geradores da competência técnica, da consciência ética e política da importância do viver na coletividade para superar a pobreza social e viver de forma solidária em sociedade.

Para aqueles e aquelas que estão na construção diária do espírito comunitário e social da solidariedade, sabem que é necessário enfrentar um conjunto grande de desafios que são impeditivos para o fazer e o viver coletivo. Desta forma, enfrentar o individualismo dominante na nossa cultura, a competitividade entre os indivíduos e no mercado capitalista, a alienação entre as pessoas para que readquiram a sabedoria da convivência social solidária, a superação da falta de conhecimento para a organização e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas, e

então aprender a fazer planejamentos estratégicos e participativos, planos de negócios, análise dos mercados, produzir com qualidade, comercializar a produção, promover o consumo solidário, estabelecer redes de cooperação, ter projetos de educação e de formação adequados para a socioeconomia solidária, são as diferentes e grandes necessidades que comandam as relações sociais para tornar viável a solidariedade transformadora.

A solidariedade é transformadora quando ela gera as condições materiais e espirituais suficientes para as pessoas viverem bem, sem depender de forma escravocrata de ninguém. É quando as pessoas se tornam autoras do seu destino, do seu fazer, das opções e das decisões que tomam. Mas este definir-se não é de forma individual e isolada, cada um no seu canto e por si. É na verdade outra cultura, pela qual o conviver coletivo é a forma de construção da vida. Por isso afirma-se a democracia, porque o poder político da participação, do direito de falar e de ajudar a fazer, e a organização econômica, do direito de produzir o que se decide no coletivo é a maneira de promover o bem estar de todos/as.

Esta forma de fazer as coisas necessita da capacidade de auto-organização dos grupos sociais. Isto convém com o reconhecimento das diversas culturas e visões de mundo e a forma como se organizam. Ao afirmar a solidariedade emancipadora, na qual não há a separação entre os meios de produção e o trabalhador, onde se afirma a metodologia da autogestão, onde se procura superar o trabalho alienado. É nesta maneira de vivência social que é exigente de uma educação popular, isto é, uma educação solidária, que reflita e desenvolva os valores, as práticas sociais e os conhecimentos que estejam em conformidade com as necessidades e os projetos definidos coletivamente pelos grupos econômicos e culturais. Neste sentido a educação não será uma abstração, mas responderá concretamente a realidade de vida das pessoas tanto no meio rural quanto na cidade.

Como o campo de ação da solidariedade transformadora e emancipatória, na socioeconomia solidária, são amplos e profundos, ela não é uma atividade para um grupo só, ela deve ser realizada pelas organizações, como movimento social, ela precisa ser realizada através de políticas públicas, ela é exigente das redes de colaboração solidária (MANCE, 1999).

## SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Ao relacionarmos o campo da socioeconomia solidária ao campo das políticas públicas haveremos de nos questionar sobre as possibilidades de tornar viável a interconexão das práticas da economia e das práticas da política numa perspectiva participativa, democrática, autogestionária. Esta proposta deve reconhecer as diversidades socioculturais e que propõe a superação das desigualdades sociais, construindo uma sociedade solidária.

Para refletir sobre as diversas dimensões e as problemáticas que esta assertiva provoca obrigamo-nos a esclarecer alguns conceitos e práticas sociais que estes implicam. Por isso temos que nos perguntar sobre o significado das políticas públicas, da democracia, da participação. Questionar sobre o Estado e a Sociedade Civil debatendo sobre qual é o espaço que o povo tem na proposição de ações públicas e como é possível participar?

Primeiro vamos esclarecer que compreendemos por políticas públicas, embasados em Secchi (2010) aquelas que são construídas com a participação ativa e decisiva da sociedade civil. Nestes termos diferenciamos as políticas públicas das ações mais restritas ligadas unicamente às proposições de governo. Por ações de governo estamos nos referindo àqueles projetos que resultam das elaborações do governante, isto é, as que são oriundas exclusivamente daqueles que tem o poder do Estado sob o seu controle e que reflete seu modo de ver o mundo, a sua maneira de pensar e de fazer. Em termos mais práticos, as políticas de governo sempre refletem a vontade e o modo de decidir daqueles que ganhando, por exemplo, uma prefeitura monta uma equipe de secretariado e definem entre si como deve ser a saúde, a educação, a cultura, o turismo, a indústria, a agricultura, etc. e impõe, por via de instrumentos legais de Estado aos demais cidadãos que devem obediência, reconhecendo ou não a importância ou a necessidade das medidas. São atos ligados restritamente aos governantes.

Distinguimos as políticas públicas desta concepção de políticas de governo, no sentido que elas provêm da participação popular direta. Significa que o espaço do Estado não é exclusivo daqueles que detêm o cargo, mas está aberto para a intervenção cidadã. Ao expormos o raciocínio nesta ordem estamos dizendo que é o governante que se propõe a ser democrático e por isso cria mecanismos de gestão pública participativa.

Podemos inverter esta lógica, e diríamos que esta é a mais correta, a partir da qual a sociedade civil, através das entidades (sindicatos, igrejas, escolas, partidos políticos), dos movimentos sociais, da participação popular em geral constroem projetos e programas que respondam às necessidades e aos desejos do bem viver coletivo. Esta segunda metodologia é bem mais pedagógica, isto é, as pessoas aprendem o que é o Estado, a política, o poder, e por isso adquirem conhecimentos das possibilidades de poderem participar, propor, serem respeitadas e de fato terem soluções para as demandas que fazem.

Reafirmamos: a construção das políticas públicas é um processo democrático. Para nós as políticas públicas para a socioeconomia solidária somente são políticas públicas válidas e legítimas se elas forem pensadas e sistematizadas por metodologias democráticas populares. Afirmamos com esta convicção, para sermos leais ao conceito e às práticas da socioeconomia solidária que são democráticas, participativas, compartilhadas. Neste sentido podemos dizer, de uma forma mais poética, que a socioeconomia solidária somente é uma política pública quando ela resulta do sonhar que se sonha juntos.

Com esta definição fazemos uma diferença entre a democracia puramente formal para uma democracia substancial. A democracia formal é esta que vivenciamos predominantemente entre nós, e que se limita ao direito dos indivíduos de exercer o direito de votar e ser votado. Esta democracia está muito formalizada e fechada na política como prática do poder coercitivo do Estado. É este poder que dá medo nas pessoas, que faz calar, que pune. É o lado negativo do poder, disciplinador.

O que estamos propondo são caminhos para superar o formalismo desta democracia e construir a democracia popular, substancial. A democracia é substancial quando ela além de ser política, e, é também econômica, isto é, as pessoas tem asseguradas a liberdade e os direitos civis (de expressão, de defesa, de associar-se), estão ainda fundamentadas nos direitos sociais e econômicos. Compreendemos que a democracia substancial, considerando as realidades de exclusão e de desigualdade social, que ao interconectar a política e a economia põe em choque a estrutura social na qual vivemos. Podemos afirmar isto porque entendemos que ela é exigente de respostas econômicas para centenas de milhares de pessoas que estão excluídas economicamente e por isso também em termos políticos, educacionais, culturais, etc. e ao construir

organizações sociais democráticas questionam os limites tanto da política quanto da economia que gerou a pobreza.

Para enfrentar as diversas formas geradoras das desigualdades sociais e políticas atentamos que a democracia substancial deve ser popular. Esta afirmação nos leva a refletir sobre as necessidades que temos a desenvolver. Estamos considerando que a democracia substancial é um campo de ação efetivamente propositivo, por isso devemos sempre nos perguntar sobre a realidade na qual vivemos, acrescido o questionamento sobre o que queremos viver e ser, além de problematizarmos sobre o como fazer, com quem fazer. Estas perguntas quando são respondidas em ambientes socioeducativos participativos e coletivos são formadores de consciências críticas que apreendem a realidade e conseguem analisar os fenômenos sociais em termos históricos, isto é, compreende-se o sentido da origem das coisas e consegue-se pensar o futuro, aquilo que pode ser inventado, criado e realizado.

Esta ideia nos demonstra a possibilidade da participação ativa e comprometida das pessoas, das entidades e dos movimentos sociais. A democracia popular é, portanto um espaço de diálogo, onde os participantes têm o direito de falar e o direito de ouvir. São organizados espaços de debates através dos quais as pessoas podem ir além das suas visões de mundo imediatas, corrigir as incoerências, e mais profundamente, ter o direito de errar, reconhecer o erro e aprender para avançar no saber-fazer. Estamos dizendo que a democracia substancial é uma práxis política. A práxis nos ensina que as pessoas não aprendem alguma coisa porque ouviram falar sobre, mas aprendem porque ajudam a fazer na prática, refletem sobre ela e fazem outra vez.

Esta aprendizagem pode ocorrer tanto na política quanto na economia. Vamos pensar um pouco mais. Alguém descrente pode questionar sobre a participação política e dizer: mas as pessoas não participam, elas querem tudo pronto, a responsabilidade é sempre dos outros, elas não falam, outras vezes não escutam, não fazem o que prometem, não tem conhecimentos.

Em termos da socioeconomia solidária alguém pode imaginar que esta é uma ilusão porque as pessoas não são solidárias e não cooperam. Elas são individualistas, competitivas, egoístas. Vamos admitir em primeiro plano que aqueles que fazem a análise desta realidade estão corretos em perceber que a feitura cultural predominantemente no nosso meio é este. Admitindo esta compreensão queremos destacar dois desdobramentos deste pensar. O primeiro nos ensina que as pessoas por pensarem desta

forma, assim aprenderam. E elas aprenderam num contexto cultural determinado, aqui entre nós, na nossa cultura. O aprender das pessoas está correlacionado com o seu viver, a sua experiência. Ao admitir que as pessoas aprendem determinadas coisas porque as vivem, devemos pensar no segundo ensinamento, e que contradiz toda forma de pensar pessimista, e este nos traz a luz sobre a possibilidade de aprender outras coisas, outros valores, outras atitudes, outras relações.

Acreditar na possibilidade é visualizarmos processos políticos e econômicos, que são necessariamente educacionais e culturais, que mediatizam a aprendizagem desta outra visão de mundo. Por isso podemos dizer que as políticas públicas e que a socioeconomia solidária são viáveis porque elas são meios (portanto não fins) para a construção de conhecimentos (visões de mundo e atitudes) que afirmam a solidariedade, a cooperação, a participação, o diálogo.

O desafio que permanece é que haveremos de criar os espaços e os instrumentos de mediação política e educativa para a efetividade da solidariedade. Aprendemos na sociologia do conhecimento que a realidade social é um processo de construção social, por isso nada é dado como pronto e acabado. Podemos então avaliar que temos as condições de construção de uma realidade social que institucionalize as práticas sociais da socioeconomia solidária. Para que estas práticas possam ser concretizadas há a necessidade de um conjunto amplo de ações que passam pela educação, pela formação técnica, pela cultura da convivialidade social, pela organização participativa popular, pela consciência política, pelos valores éticos, pela economia não mercantilista. Este cenário múltiplo que é demandado para a viabilidade da socioeconomia solidária representa a grandeza de mediatizar, isto é, de inventar as condições e as relações sociais para provocar a emancipação humana.

Estas mediações são necessárias para as pessoas internalizar, tornar como suas e cotidianas os valores que orientam as práticas sociais da socioeconomia solidária. Ao pensar as políticas públicas estamos diante do desafio de saber identificar os limites do Estado e as possibilidades da Sociedade Civil. Consideramos em primeiro lugar que não há fronteiras claras e objetivas entre Estado e Sociedade. Estas só existem em Estados com regimes autoritários que proíbem claramente os cidadãos de participar e de se manifestar. Mas nós estamos nos referindo aos regimes democráticos. Nestes podemos dizer que as fronteiras entre o Estado e a Sociedade Civil são mais ou menos elásticas em conformidade com a capacidade de gestão democrática do Estado pelos governantes e pela competência política de mobilização e participação da Sociedade Civil. Mas aqui

fica um problema prático bastante interessante: tanto o Estado quanto a Sociedade Civil não são formados por pessoas ou grupos sociais homogêneos culturalmente e igualitários economicamente. Nós vivemos em uma sociedade com grandes desigualdades sociais e com diferenças culturais acentuadas que traduzem interesses sociais não somente diversos, mas também contraditórios. A democracia é a capacidade de implantar ações que possam corresponder aos interesses e necessidades dos grupos sociais.

A socioeconomia solidária interessa aos grupos sociais historicamente excluídos, porque reconhece que há a necessidade de institucionalizar ações que respondam às suas necessidades cotidianas como ter trabalho, ter renda, ter educação, ter moradia, ter saúde, etc. É, portanto a necessidade de organizar-se para as conquistas das condições necessárias para o bem viver.

Provocamos a reflexão para compreender quais são os espaços de participação. O processo de construção das políticas públicas é um desses espaços e aqui encontramos o lugar privilegiado do encontro entre o Estado e a Sociedade Civil. Colocamos a ideia que os poderes constituídos como o legislativo e o executivo devem saber articular as vontades populares. Porém mais democraticamente, as vontades populares devem estar articuladas pelas organizações sociais populares para influir na construção das políticas públicas. Exemplificando esta ideia, as políticas públicas da socioeconomia solidária resultam da ação organizada dos movimentos sociais e das entidades que desenvolvem atividades com as pessoas do povo que se propõem a construção das práticas sociais solidárias.

Além deste espaço ligado ao Estado, é necessário que tenhamos clareza da participação das entidades sociais organizadoras das vontades populares. Aqui podemos citar entidades como os centros de direitos humanos, os sindicatos comprometidos com a transformação social, as universidades públicas que tenham ações para a geração de conhecimentos evidenciados nos projetos populares, nas organizações não-governamentais comprometidas com a construção de referenciais para a cooperação e a sustentabilidade, nas comunidades eclesiais de base que tenham nos valores da libertação suas ações de formação religiosa, nos movimentos sociais que tem na centralidade das ações transformadoras seu horizonte de fazer cotidiano, nas associações que reúnem pessoas para o compromisso coletivo, nas escolas que desenvolvam práticas educacionais que elevam o pensamento para os saberes contextualizados, nas redes de colaboração que enfatizam a cooperação e a solidariedade, nos empreendimentos econômicos solidários.

## CONSUMO SOLIDÁRIO E SOCIOECONOMIA CAMPONESA

---

No texto anterior que tinha como título Socioeconomia Solidária e Políticas Públicas nós discutimos a questão da institucionalização para a efetividade de práticas sociais na socioeconomia solidária. Nesta parte vamos apresentar duas ideias, o consumo solidário e a economia camponesa, e vamos propor ações que demonstram um quadro de aplicação da socioeconomia solidária. É importante destacar que estamos fazendo um recorte para a prática da economia solidária, devemos igualmente pensar a sua aplicabilidade em todos os campos da vida social.

Antes ilustraremos o que compreendemos por estes dois conceitos.

O consumo solidário é um viés da socioeconomia solidária que reconhece que a atitude dos consumidores é geradora de determinantes estruturais em termos de reprodução social da distribuição desigual da renda, ou por via inversa podendo ser um caminho para o questionamento das relações sociais e econômicas provocadoras da desigualdade social. O ato de consumir determinados produtos reforça setores da economia. Desta forma, ao consumirmos produtos que são fabricados por grandes empresas capitalistas estaremos com nosso ato, aparentemente simples de adquirir, reforçando a economia das grandes empresas e aprofundando a desigualdade social.

Da mesma forma é possível pensar em relação aos produtos que são da agricultura familiar. Podemos perguntar donde vem a maior parte das verduras, legumes, carnes e laticínios que são consumidos entre nós. Ao passarmos pelos supermercados percebemos que quase todos os industrializados e a maioria das leguminosas são de outros estados do Brasil e não da organização econômica camponesa local. Estamos dizendo que o comércio organizado desta forma reforça a economia de outros lugares e deixam empobrecidos os camponeses na nossa região. Para quem os camponeses assentados e os pequenos agricultores irão vender a sua produção? Mais, levantamos aqui a hipótese que reforçamos os hábitos alimentares de outras culturas e desprezamos os gostos e os sabores da terra.

Quando nas nossas atividades de pesquisa e extensão na universidade trabalhamos com as comunidades camponesas uma questão fica bem evidenciada. A fala geral é: *a terra nós sabemos produzir, mas não temos para quem vender*. Esta constatação dos camponeses tem significados bastante fortes. No nosso entender representa a ausência

de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento da agricultura familiar; e segundo, em decorrência desta é a não organização política e econômica dos camponeses. Esta situação limita e deixa pobre o campo, desanima os agricultores de produzir e ocorre em boa parcela o abandono do campo.

Aqui estamos levantando a tese de que a agricultura familiar camponesa precisa ser valorizada com seriedade, com projetos socioeconômicos e educacionais que abranjam a sua complexidade e diversidade. Neste sentido é preciso ter um projeto de desenvolvimento do campo que abranja todos os aspectos da vida e estes ao mesmo tempo. Isto quer dizer que haveremos de realizar atividades na educação, no lazer, na saúde, na formação técnica, na organização política e econômica (produção, comercialização, crédito), nas questões ambientais. Todas estas dimensões devem ser e estar articuladas num projeto unificado em termos de tempo e de espaço. É necessário compreender que a economia camponesa, contrariamente que o pensamento elitista e preconceituoso sempre quis fazer acreditar, é uma economia que tem inúmeras implicações para dar certa. O problema que reduzimos a compreensão a ações isoladas. Os projetos quando tem crédito, não tem assistência técnica, não se preocupam com o consumo, não se articulam com a educação, com a saúde, etc. A vida no campo não é parcelar, feita de pedacinhos de cada vez, ela é um todo e ocorre no todo ao mesmo tempo em todos os tempos e lugares.

Estamos aqui defendendo um conceito de socioeconomia camponesa que incorpora o reconhecimento da diversidade cultural, a biodiversidade dos ecossistemas, os processos organizacionais democráticos e participativos, a agroecologia como sistema de produção e de valorização ética, os empreendimentos econômicos solidários, portanto coletivos e autogestionários. A economia camponesa é um modo de vida no campo que vai além da agricultura, que por sua vez requer tecnologias de produção que atendam as especificidades que caracterizam a produção do campo.

Neste sentido a economia camponesa é mais ampla que a agricultura convencional que tem no agronegócio a sua expressão máxima. O agronegócio é simples como são simples as ciências e as tecnologias que lhe dão suporte. Então é necessário reconhecer que a economia camponesa ao se organizar a partir da socioeconomia solidária e da agroecologia precisa de um novo conhecimento, de outras ciências. Estas ciências não estão somente nas universidades. Na verdade as universidades precisam reaprender, por que os cientistas aprenderam a simplificar, e a vida do campo não é simples, ela é

complexa, é relacional. É neste sentido que o conhecimento que precisa ser produzido necessariamente deve ser compartilhado. A ciência também deve ser democrática e participativa. Com esta metodologia nós teremos a comunicação entre os saberes dos camponeses e os conhecimentos dos pesquisadores, mas nem um nem outro se sobrepõe, na relação é que surgem novos conhecimentos.

A partir destes conceitos é que nos propomos a debater uma das formas possíveis de viabilizar a economia camponesa. Faremos isto a partir do conceito de consumo solidário. Esta relação invertida se deve, como expressamos acima, ao fato que os camponeses tem indicado que é necessário criar condições para a comercialização dos seus produtos e nós avaliamos que o consumo solidário é um desses caminhos. Como isso poderá ser feito?

O consumo solidário implica a relação direta entre aqueles que produzem e aqueles que consomem. Ora se o agricultor reclama que não consegue vender os seus produtos, há consumidores que reclamam que desejam comprar produtos do campo: ovo caipira, carne de galinha e de porco, verduras, legumes, etc., mas nem sempre conseguem os localizar. Então temos um *meio de campo* que não funciona bem e este pode ser organizado. O consumo solidário pode ser resultado de políticas públicas e é bom que se avance neste caminho. Mas ele pode também ser resultado da associação livre de consumidores que se organizam para a aquisição de produtos que além de definir quais são, discutem a quantidade e a qualidade destes produtos.

Além desta relação que envolve os interesses pessoais dos consumidores, a solidariedade no consumo expressa uma visão de sociedade e de relações humanas. Uma das primeiras características é que o atravessador, aquele que trabalha pouco e ganha mais, desaparece. Quando os consumidores conseguem discutir a qualidade dos produtos eles têm condições de saber da origem, quais foram os insumos usados para a produção, se as sementes são crioulas, qual a higiene na conservação, os meios de transporte, as embalagens, etc. Como estamos falando em alimentação devemos associar esta à saúde pessoal e pública. A alimentação no sentido profundo de provocar o equilíbrio do organismo vivo. Ao aceitarmos este conceito de alimentação então devemos afirmar que os alimentos não podem ser produzidos com agrotóxicos, porque estes são causadores do desequilíbrio, tanto ambiental quanto dos organismos vivos particulares. Então é preciso uma agricultura agroecológica. Mas para a agricultura ser agroecológica são necessários conhecimentos, que por sua vez implicam pesquisas e

formação para a aplicação e a socialização de novas tecnologias, diferentes daquelas da agricultura convencional que para resolver um problema na produção tem como solução imediata a aplicação de químicos sintéticos. A agroecologia reconhece que a natureza é complexa e é conhecê-la *para copiá-la e não dominá-la*.

Outro viés que podemos considerar é que o consumo solidário demanda uma diversidade de produtos. Os consumidores ao definirem a sua cesta de produtos, que pode ser semanal ou mensal, indicam o que irão consumir. A cesta inclui todos os produtos como carnes, verduras, ovos, legumes, cereais e lácteos, indicando a quantidade, a qualidade e os prazos em que devem ser entregues. A soma dos diversos produtos, que constituem o consumo certo, é que formam a demanda de produção para os camponeses.

Esta relação de produção-consumo, que representa também a relação de produtor-consumidor, será principalmente no começo do processo não inteiramente atendido nas suas exigências. Provavelmente os camponeses produtores não terão todos os produtos exigidos pelos consumidores. É preciso ter um período de transição que implica tolerância, diálogo e negociação entre as partes e intra-grupos. Percebam que estamos falando de coletivos e não de pessoas isoladas. Podemos então dizer que são necessários processos organizacionais e formativos tanto entre os consumidores quanto entre os camponeses produtores. Ao formarmos um grupo de consumo, que pode ser inicialmente informal, mas que podem evoluir para a formalidade de uma associação ou uma cooperativa de consumo, este não deve se restringir ao simples fato de aquisição de mercadorias. A dimensão que estamos dando para esta relação é maior e que implica na constituição de grupos de estudo para a compreensão do significado da socioeconomia solidária, da agroecologia, da segurança alimentar, da organização cooperativa, do consumo solidário, etc. Estamos propondo que a partir de uma organização social tenhamos a possibilidade de mobilizar pessoas e grupos sociais para o desenvolvimento educacional da nossa sociedade.

Assim como os consumidores devem se educar, da mesma forma os camponeses precisam se organizar coletivamente e criar espaços para a aprendizagem de uma agricultura agroecológica e organizada coletivamente. Este cenário demanda um planejamento da produção (o que, onde, quanto, como produzir), por que é preciso atender as diversas demandas dos consumidores. Os problemas não serão somente técnicos relativos à produção primária, mas também a um processo de beneficiamento e

de agroindustrialização dos produtos agrícolas. Ao pensarmos em agroindustrialização é necessário visualizar as orientações sanitárias que são obrigatórias para os cuidados higiênicos que respondam aos princípios fundamentais da saúde pública. Além destas questões é preciso pensar que toda forma de organização coletiva requer um processo de formação política que corresponda aos desígnios dos fazeres próprios dos empreendimentos econômicos solidários.

Podemos ainda nos perguntar, mas quem e onde os grupos de consumidores solidários podem ser organizados? Acreditamos que os espaços de entidades públicas (escolas, universidades, hospitais, poderes legislativo, executivo, judiciário), eclesiais (as igrejas automaticamente mobilizam pessoas), sindicais (de servidores públicos, de professores, das categorias profissionais do comércio, da indústria), dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais. Aqui poderíamos ampliar a listagem de possíveis espaços organizativos, mas estamos querendo somente ilustrar que os espaços e lugares que já temos instituídos são vários, é preciso potencializá-los. Então porque os agricultores camponeses reclamam que não conseguem comercializar os seus produtos? A nossa atitude de consumidores não poderá gerar uma ambiência socioeconômica favorável para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa e agroecológica? A ação combinada dos consumidores solidários e dos camponeses agroecológicos não pressionarão o Estado para ter políticas públicas efetivas para a agricultura camponesa? Avaliamos que podemos criar uma ambiência favorável para a valorização dos saberes e dos sabores da terra.

## ORGANIZAÇÃO POPULAR E A SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

---

Apresentamos uma discussão que procura fazer a ligação da organização popular e da socioeconomia solidária, embasando-nos em Tiriba (2001). A construção deste vínculo ocorre pela metodologia participativa e propositiva. A organização popular é um processo educativo que se centra na sensibilização e na conscientização de agentes solidários, tem como instrumento organizacional o processo político, que para nós é pedagógico. Consideramos este entrelaçamento necessário para debater a socioeconomia solidária e instituir processos de políticas públicas, de organização de empreendimentos econômicos solidários, de redes de colaboração solidária e de processos formativos, que tem como objetivo maior a mobilização para a constituição de um modelo de desenvolvimento socioeconômico e cultural sustentável e solidário.

Compreendemos que esta afirmativa nos traz alguns desafios muito significativos. Avaliamos que os movimentos sociais populares ao propor o desenvolvimento da socioeconomia solidária devem colocar no horizonte das suas instituições, entidades e redes que participam metas que precisam ser alcançadas. Citamos algumas para ilustrar o pensamento e poderemos provocar os interessados na socioeconomia solidária para a formulação de uma agenda que agrega os agentes populares na sua organização.

Vislumbramos que capacitar agentes de socioeconomia solidária para compreender o conceito, os processos históricos e sociais constituintes das relações sociais solidárias e sustentáveis é uma meta que traduz a necessidade de empoderamento das organizações populares. A capacitação é política, é técnica, é ética. A formação, no entanto não pode ocorrer em contextos abstratos, isto é, não relacionados com os fazeres e as questões que as pessoas e os grupos sociais enfrentam no cotidiano. Os processos educacionais são significativos para as pessoas quando correspondem com os problemas, as visões de mundo e os projetos sociais que os movem.

Visto desta forma estamos complexificando o processo de organização popular. A complexidade é a visão que traduz a capacidade de percepção dos vários pontos de conexão que formam a totalidade da realidade que vivemos. Esta ideia nos leva a considerar que para a socioeconomia solidária ser viável, no sentido popular, portanto participativa, ela precisa conseguir mobilizar e constituir lideranças sociais,

comunitárias, sindicais, eclesiais, escolares, universitárias, para os encaminhamentos das ações e das organizações que configuraram a socioeconomia solidária. Observamos que compreendemos por liderança não uma pessoa extraordinária, mas todos e todas que se empenham, participam e são protagonistas na construção dos referenciais que caracterizam as experiências de organização popular e da socioeconomia solidária.

A mobilização para a organização popular na socioeconomia solidária requer que os agentes realizem continuamente análises da conjuntura sociopolítica, econômica e cultural dos contextos nacional, regional e local. Esta indicação é importante porque vivemos em contextos que traduzem relações de poder e de interesses de classes sociais que são contraditórios. Isto quer dizer que não vivemos em relações sociais e humanas nas quais as relações de poder são organizadas de forma a todos e todas quererem e produzir meios para o bem viver coletivo.

Neste sentido, encaminhar processos para a mobilização instituinte de iniciativas populares de políticas públicas, de coletivos como os empreendimentos econômicos solidários, de processos formativos para a socioeconomia solidária representa uma ambiência desafiante. O desafio está em saber que a ambiência da organização popular tem como referência a politização dos grupos sociais e a geração de alternativas populares para a criação de meios para a implementação de ações coletivas que se traduzem na capacitação dos/as trabalhadores/as para a produção coletiva, a organização autogestionária do trabalho e do consumo que atendam ao coletivo e que tenham como forma de conhecer a consciência que se embasa nos princípios da solidariedade e da sustentabilidade.

Neste direcionamento consideramos que a organização popular para a socioeconomia solidária, que tem na mobilização e na capacitação de agentes de sociais, terá como orientação princípios fundantes que condizem com a filosofia que se assenta na emancipação social.

O *princípio da aprendizagem*: na organização popular todo o processo deve provocar os/as participantes para a compreensão do significado da socioeconomia solidária. Deve discutir e produzir alternativas organizacionais, gnosiológicas (relativo ao conhecimento), produtivas e culturais para a afirmação dos grupos sociais que são dominados pela classe social dominante (a burguesia), mas que por outro se organizam para a consolidação de formas sociais solidárias.

A aprendizagem é sempre um caminho longo, com fluxos que às vezes representam avanços, outras vezes se traduzem em retrocessos. Não podemos imaginar que ao nos empenharmos na construção da socioeconomia solidária numa perspectiva da educação popular teremos nela caminhos a serem trilhados de forma leve. Temos nesta construção as ondulações e as controvérsias dos desentendimentos, da alienação, dos conflitos interpessoais e dos interesses ideológicos. As adversidades fazem parte do contexto formador, bem como a tolerância para a construção de referenciais teóricos e práticos para a socioeconomia solidária.

O *princípio da participação*: apreendemos que a democracia deve ir além dos princípios e das formalidades dos regimes políticos que se embasam no voto ou nas ações restritas da observação e do protesto. Os protestos pessoais ou coletivos são necessários. Mas para nós eles têm um sentido que devem ser complementados pela proposição. A democracia propositiva é essencialmente participativa e tem como orientação a superação dos modelos, das estruturas e das ações sociais dominantes, como a competição, a pobreza, a exclusão política e educacional.

Na organização popular e na socioeconomia solidária a democracia ganha um sentido e uma configuração social que requer a inserção direta dos sujeitos sociais, mas não só individualmente, mas através de suas organizações e dos processos sociais mobilizadores e organizadores. A democracia não corresponde, portanto a um ato voluntário e instantâneo, mas está implicado na movimentação social e epistemológica que é gerador de atitudes críticas e propositivas.

O *princípio socioeducativo*: em termos de organização popular o não fazer para, mas o fazer com, representa uma atitude política que deve se contrapor à historicidade da política patrimonialista, paternalista e assistencialista brasileira. A cultura patrimonialista é geradora de atitudes passivas, que deixam as pessoas em situação de espera, mas não de esperança. O objetivo que lançamos é que a discussão e os encaminhamentos da organização popular para a socioeconomia solidária seja uma configuração social que seja um processo político-pedagógico. Isto é, os sujeitos sociais, ao participarem devem não se inserir mecanicamente, mas participar ativamente e assumir conscientemente compromissos para a efetivação da política pública, da organização popular e das ações para a efetivação da socioeconomia solidária.

Insistimos que assumir o compromisso político e pedagógico é um ato não mecânico. É antes de tudo uma práxis, que coloca em contradição e em conflito opções

diversas para a construção da sociedade e de todos os meios que temos para definir a vida. Não nos limitamos a um ato restrito. A aprendizagem dos significados, da politização e da conscientização são resultantes de caminhos longos e muitas vezes adversos, mas que tem a emancipação social como horizonte.

*O princípio do trabalho:* o trabalho como movimento organizativo que tem como horizonte a geração de relações sociais que implicam a superação de exploração do homem pelo homem. Distintamente do trabalho do modo de produção capitalista a socioeconomia solidária tem como centralidade o trabalho como fundamento educativo, organizador da coletividade. Portanto, há uma inversão na relação dos fenômenos. O trabalho, como gerador da organização e da vida social, requer metodologias autogestionárias, a politecnicidade, a equidade social, a diversidade cultural, o respeito ecológico, a filosofia da práxis. Isto é, o trabalho é um processo social que é emancipador.

Portanto, a organização popular e a socioeconomia solidária assentam-se em processos que são desafiantes tanto das estruturas socioeconômicas quanto dos valores culturais que são hegemônicos. Há uma correlação que inverte as visões de mundo e as práticas cotidianas. Em vez do assistencialismo a exigência da participação. No tempo da espera passiva a esperança ativa. Na hierarquia do comando a construção autogestionária. No espaço da pobreza econômica a organização de empreendimentos para o empoderamento e a autonomia das pessoas. No lugar da ignorância a valorização da sabedoria inserida e da experiência crítica propositiva. Estamos por isso nos referindo às ações que dizem da transformação social.

## A FORMAÇÃO NA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA

---

Para compreendermos a formação na socioeconomia solidária, buscamos base teórica em Sequeiros (2000) e Oliveira (2006). Orientamos nossas reflexões pelos princípios da transformação social (para além da inclusão social), da democratização cognitiva (do conhecimento que é produzido e socializado coletivamente), do espírito da tecnologia adequada, da ciência e da universidade que atendam às demandas de grupos sociais populares. Uma ambiência que acolhe o desafio de substanciar processos formativos afirmativos que estão em consonância com as práticas sociais que configuram os ideários e a organização dos movimentos sociais, dos grupos sociais, das comunidades.

Reconhecemos que a mobilização e a luta de resistência e de proposição dos movimentos sociais populares estão em processo ativo de geração, conservação e difusão das culturas que identificam os diversos modos de ser e de fazer. Estas culturas, que são também economias, contrapõem-se aos encaminhamentos predominantes no Estado brasileiro, associado às multinacionais e ao capital financeiro. A política econômica dominante orientada pelo Estado e o mercado liberal desprezam e negam a possibilidade de desenvolvimento da organização, da cultura e da economia popular.

Ao realizar a crítica, não propomos a reprodução da caminhada histórica de exclusão, que despreza os saberes e as experiências, a diversidade cultural e ecológica das comunidades. A universidade, as organizações, os movimentos sociais devem mobilizar os seus recursos, os pesquisadores, os educadores populares, para formar uma rede de produção, gestão e socialização das ciências, dos conhecimentos e das tecnologias que promovam e desenvolvam as experiências e as competências dos grupos sociais, das comunidades e dos movimentos sociais. Os novos conhecimentos serão resultantes da potencialização das capacidades e das respostas às necessidades dos grupos, das organizações e dos sujeitos sociais.

A proposição está na afirmação da educação e da cultura que considere a diversidade social, que empodera os grupos sociais, que desenvolve a autogestão, que compartilha os processos e os resultados das organizações populares. A economia é solidária e de cooperação. Para fazer esta economia os sujeitos sociais que se implicam nela precisam ser competentes, afinal ela é uma proposição contra-hegemônica, portanto

uma práxis social superadora do modelo dominante, que são as relações sociais capitalistas.

É considerando estes preceitos que avaliamos que se faz necessário, em função de atendimento aos anseios, às necessidades das comunidades, quanto à necessidade de formação profissional para trabalhadores e trabalhadoras que vivem e que se propõem a organizar empreendimentos econômicos solidários. A formação associa tanto os conhecimentos técnicos quanto os políticos, que tenham a finalidade de desenvolver as potencialidades das pessoas para gerar uma ambiência favorável para a organização econômica, cultural e educacional.

Esta estratégia educacional e de formação possui uma nítida direção para as respostas que necessitam ser produzidas para alicerçar o desenvolvimento. Vejamos algumas competências que avaliamos são necessárias para a práxis da socioeconomia solidária.

*Competência política:* é a capacidade do diálogo. Da arte de se saber e reconhecer como coletivo. Do olhar positivo para a sua cultura, linguagem, valores. É afirmar a autonomia sem se fechar sobre si mesmo, mas da abertura para as alteridades, as outras culturas, para com elas aprender, quando também se ensina. É comunicar e comungar as experiências, de estabelecer sonhos e utopias que representam as possibilidades de superar as situações que empobrecem. É descobrir o porquê da dominação e da exploração. Ao saber o porquê, lutar para a emancipação, construir coletivamente os caminhos da libertação.

*Competência de auto-organização:* é a capacidade de reunir pessoas, condições materiais e intelectuais que configuram as culturas e as economias dos grupos sociais. Constitui-se na fluidez de pertencimento, de estar com o outro, da inserção e da participação. É o olhar de reconhecimento do que cada sujeito sabe fazer, das suas potencialidades, das intencionalidades, das responsabilidades e dos compromissos. São as atitudes de projetar, de realizar, de compartilhar, de avaliar e de considerar o realizado. É o saber recomeçar e continuar.

*Competência de autogestão:* é o processo no qual os coletivos apreendem as relações humanas horizontalizadas, que quebram com os princípios da obediência, de um que manda e dos outros que obedecem. É o sentar na “távola redonda” na condição de companheiros que compartilham as situações que limitam a organização coletiva, ao

mesmo tempo as situações possibilidades, as que traduzem as condições de superação e de construção coletiva. Esta construção inclui elementos de planejamento, de administração, do direito, da contabilidade que configuram os empreendimentos econômicos solidários. É a aplicação do princípio da politécnica, que afirma que todos/as que participam devem aprender, compreender e saber fazer as atividades que constituem a totalidade do coletivo. Neste sentido, a gestão não é exclusiva de um gerente, mas é um saber-fazer que é aprendido pelo conjunto dos associados.

*Competência do Trabalho Associado:* inverte a relação do trabalho assalariado que ocorre na relação de patrão-empregado. O trabalho associado é a cooperação de trabalhadores e trabalhadoras que se coletivizam para as práticas de produção, de industrialização, de comercialização, de consumo. No trabalho associado os meios de produção pertencem aos trabalhadores e os bens produzidos são distribuídos em conformidade com o trabalho de cada participante. A centralidade não é o capital, como na economia capitalista. O fundamental na organização é o trabalho e a pessoa do/a trabalhador/a. É a possibilidade de romper com a dominação e com a exploração. Nesta não há lucros, há sim renda. Não há ricos e pobres, há sim, formas sociais de bem viver.

*Competência da Cultura Solidária:* representa a formação para uma ética social que considera como fundamentais valores que promovem a existência da vida. Portanto, uma visão de mundo que leva em consideração e reconhecem as diversidades culturais, as relações de gênero, os grupos étnicos, as bases ecológicas. A cultura solidária abraça o ser humano e a natureza. Valoriza as práticas sociais e os saberes das pessoas. Desenvolve a economia para o bem viver das pessoas. É a ética e a política da construção coletiva da vida em sociedade.

*Competência das Redes de Colaboração Solidária:* é a presença política dos sujeitos sociais que não se limitam aos espaços da sua organização. A proposição e a ação são para estender a solidariedade para espaços sociais mais amplos. Esta construção implica a inserção na luta por conquistas de política públicas, na participação em atividades de organização e formação de outros grupos sociais. É a competência para o estabelecimento de conexões e comunicações entre grupos sociais e organizações diversas que constituem uma consciência social dos princípios e das práticas da cooperação e da solidariedade.

As competências que aqui elencamos são ilustrativas e tem caráter didático. Neste sentido, em processos concretos de organização de espaços que formam as pessoas para

a cultura solidária, sempre emergem situações inéditas. As novidades provocam as capacidades intelectuais dos sujeitos participantes, que devem tomar decisões. Portanto as competências são múltiplas e devem ser consideradas como necessárias com base nas situações concretas de construção da socioeconomia solidária.



# PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: O FOCO NA COOPERATIVA SOLIDÁRIA

---

Parto da compreensão de que o cooperativismo é um movimento sócio-histórico que se afirma como teoria econômica e social. Este movimento, hoje mundializado, atribui às cooperativas um papel instituinte para o desenvolvimento socioeconômico, e por conseguinte da organização do trabalho, da produção e do consumo. Tem ainda um forte alicerce na promoção de processos de formação para a geração das práticas sociais da cooperação, e mais profundamente, da cultura da solidariedade.

A cooperativa, enquanto instituição é definida como “uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada” (SCHMIDT e PERIUS, 2003). O conceito apresentado traduz a complexidade organizacional que inclui a autonomia das pessoas, as suas vontades e o processo de construção de projetos econômicos ligados à organização da coletividade.

Vamos discutir a concepção de cooperativa no campo da solidariedade. Compreendo que a cooperativa solidária é uma organização econômica e social que se reporta aos valores originários do cooperativismo, tem como centralidade o bem viver das pessoas, o desenvolvimento da comunidade, a coletividade, a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade como valores fundantes das relações humanas. A qualificação do conceito de cooperativa, e aí defini-la como solidária, é uma necessidade pela perversão histórica provocada pelo cooperativismo convencional que levou a concepção e as organizações cooperativas para o campo das relações sociais e econômicas dominadas e submetidas ao capitalismo, ou das ações de exploração econômica e de dominação política.

Para a compreensão mais profunda do cooperativismo, na perspectiva da solidariedade, devemos apreender que este se orienta nas suas atividades de caráter social e econômico, em um conjunto de valores, princípios e normas, que devem balizar a sua atuação na economia e na sociedade.

Quais são os valores do cooperativismo? O cooperativismo é orientado pelos valores da ajuda mútua, da responsabilidade própria, da democracia, da igualdade, da

equidade, da solidariedade. D'onde nasceram e começaram a ser organizados estes valores que representam uma visão ética e política de mundo e de organização social?

A organização cooperativa provém das propostas e das ações dos Pioneiros de Rochdale, grupo de trabalhadores tecelões do Bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra em 1844. Para enfrentar as condições de pobreza a que eram submetidos os trabalhadores, resistir às más condições de trabalho, de moradia, de alimentação, criaram uma ideia e propuseram uma organização coletiva que contrapôs aos valores e práticas sociais capitalistas dominantes, uma ética que coloca o ser humano no centro das relações sociais e de produção-consumo. Assim afirmaram valores para eles centrais quanto a honestidade, a sinceridade, a responsabilidade social e a preocupação com os outros.

Esta história inicial foi confirmada e reconhecida na comemoração do centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), realizada em Manchester na Inglaterra em 1995, quando aconteceu a última revisão dos princípios clássicos do cooperativismo, quando os conceitos, valores e princípios, além de revistos foram acrescidos de mais um ponto: *o interesse pela comunidade*. Os princípios clássicos do cooperativismo são: a) adesão voluntária e livre; b) gestão democrática pelos seus membros; c) participação econômica dos membros por cotas de capital; d) autonomia e independência; e) educação, formação e informação; d) intercooperação; e) interesse pela comunidade.

Em conformidade com a Aliança Cooperativa Internacional estes princípios significam:

**a) Adesão voluntária e livre:** isto quer dizer que a organização voluntária, deve ser da vontade, da opção e da convicção dos participantes. Ela é aberta a todas as pessoas que tenham vontade e que comungam com os objetivos da organização cooperativa. As pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir suas responsabilidades como associada, sem discriminação: classe social, raça, política, religiosa e/ou de sexo. Para tanto, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria.

**b) Gestão Democrática pelos Associados:** as cooperativas são organizações democráticas, isto quer dizer que são controladas pelos associados. Para isto ocorrer os associados necessitam participar ativamente na formulação das políticas, no acompanhamento, na avaliação e nas tomadas de decisões. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto, 1 associado = 1 voto. Nas

cooperativas de grau superior são também organizadas de forma igualmente democrática.

**c) Participação Econômica dos Associados:** todos os associados participam igualmente da formação do capital da cooperativa. O capital é controlado democraticamente; e nas operações realizadas as receitas forem maiores do que as despesas, geram sobras. Essas sobras são divididas proporcionalmente entre os sócios, conforme as operações por ele efetuadas e a participação no trabalho para o desenvolvimento cooperativo. Parte de toda sobra poderá ser destinada a investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, desde que autorizadas pela Assembleia Geral.

**d) Autonomia e Independência:** as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controlada por seus associados. Ao se firmarem acordos com organizações governamentais e não governamentais ou recorrerem a capital externo devem fazê-lo de modo a assegurar o controle democrático pelos seus membros.

**e) Educação, Formação e Informação:** objetiva a destinar ações e recursos para formar seus associados e funcionários. Deve capacitar associados e funcionários para as práticas cooperativista e para as técnicas e ferramentas a serem utilizadas no processo produtivo e comercial. Veicular informações ao público sobre as vantagens da cooperação organizada. Estimular o ensino do cooperativismo aos jovens e líderes de opinião.

**f) Intercooperação:** visa o fortalecimento do cooperativismo através do intercâmbio de informações, produtos e serviços como forma de viabilizar essa prática como atividade econômica. A consolidação do sistema cooperativo está no trabalho conjunto e na integração das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

**g) Interesse pela Comunidade:** o sistema cooperativo trabalha no sentido de promover o bem estar e o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através do desenvolvimento de programas socioculturais e políticas aprovadas por seus membros.

Das discussões realizadas demonstramos que as cooperativas são ao mesmo tempo organizações empresariais e sociais. A cooperativa é uma empresa porque engloba os processos de planejamento e gestão, da administração eficaz e eficiente dos objetivos e das metas, da organização das relações de trabalho, da produção, da comercialização e da profissionalização dos que trabalham no desenvolvimento do empreendimento.

A cooperativa é uma organização social porque se fundamenta na visão que busca a harmonia entre o econômico e o social. Enquanto organização social a cooperativa visa o desenvolvimento integral das pessoas. Direciona suas capacidades para o aporte da formação intelectual e moral dos/as associados/as, o fundamento é a geração, a ampliação e o aprofundamento da cultura da solidariedade. Há a valoração da convivialidade social em espaços de promoção da cultura, do lazer, do esporte, da saúde. Enquanto organização social, a cooperativa tem ligação e inserção com as sociedades e comunidades locais promovendo ações educacionais e econômicas que visam o desenvolvimento além da instituição cooperativa. É o compromisso com o estabelecimento cultura da solidariedade.

**Questões para auxiliar na constituição de um empreendimento econômico solidário:**

**a) Mobilização dos sujeitos participantes:** quem poderão ser os prováveis sócios? Os homens, as mulheres, os jovens? O que estas pessoas fazem? O que desejam fazer?

**b) Meios de produção:** quais são os recursos materiais que existem na comunidade? Que tecnologias estão disponíveis e quais são necessários? O que se produz e como se produz? Para quem se vende e como se vende? Há acesso a créditos?

**c) Conhecimentos:** o que as pessoas sabem sobre o cooperativismo? Há experiências de organização, de gestão, de participação? Há a cultura da cooperação? Que programas educacionais irão realizar?

**d) Objetivos coletivos:** quais são as razões que motivam a organização coletiva? Sabem o que é a coletividade? Sabem como trabalhar em cooperação?

**e) Agentes de organização:** quem são as pessoas que irão cuidar da mobilização, dos registros, da motivação? Como irão fazer para buscar parcerias? Como irão montar uma metodologia que possibilita a participação?

**f) Organização empresarial e social:** como irão organizar a cooperativa? Que gestão irão adotar? Como irão fazer para desenvolver as pessoas?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Maurício. **O Princípio da Cooperação em Busca de uma Nova Racionalidade**. São Paulo: Paulus, 2002.

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2010.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis. RJ: Vozes, 1999.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas**: projetos coletivos de mudanças de vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e Cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-71.

SEQUEIROS, Leandro. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre a natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2001.







# PROJETO EMPACE

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA EFETIVAÇÃO  
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

*“Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforta como violentados, numa situação objetiva de opressão”*

(Paulo Freire, in: Pedagogia do Oprimido, p. 45).

*“Somente na sua solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma unidade dialética, é possível a práxis autêntica”*

(Paulo Freire, in: Pedagogia do Oprimido, p. 40).

*“A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica”*

(Karl Marx, In: Ideologia Alemã, p. 12).

Realização:

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso



Aporte Financeiro:

**MISEREOR**  
IHR HILFSWERK